

DENÚNCIAS MINISTÉRIO PÚBLICO PEDE QUE EX-SECRETÁRIOS DA FAZENDA TAMBÉM SEJAM INVESTIGADOS

# Mais duas notícias-crime no STJ contra José Ignácio

**Crimes vão da lavagem de dinheiro à denúncia de improbidade administrativa**

BRASÍLIA. O Ministério Público Federal (MPF) propôs duas notícias-crime contra o ex-governador José Ignácio Ferreira. Os dois pedidos – encaminhados à Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) – visam apurar o envolvimento do ex-governador em crimes de lavagem de dinheiro, irregularidades

em processos de licitação e improbidade administrativa.

Se as notícias-crime forem aceitas, poderão ser transformadas em inquérito. Ignácio, porém terá ampla defesa no decorrer das apurações dos fatos. As acusações foram extraídas do processo MP 9673/2003.

A primeira ação – NC 362 – investiga o fato de que Ignácio, o ex-secretário de Estado de Fazenda José Carlos Fonseca e o irmão do ex-secretário Rodrigo da Costa Fonseca estavam com saldos negativos nas respectivas contas-correntes do Banestes, em 1998. Segundo a notícia, no dia 14 de outubro de 1998, conforme cópia do extrato da

conta bancária, Ignácio apresentava saldo devedor de R\$ 3.704.588,24. O ex-secretário devia, segundo a denúncia, R\$ 25.958,64, e o seu irmão estava a descoberto em R\$ 330.624,09. No mesmo documento encaminhado ao STJ, o subprocurador levanta suspeita quanto ao fato de, na virada daquele mesmo ano, as três contas bancárias deixarem de ter saldo negativo.

As suspeitas levantadas pelo Ministério Público recaem sobre um acordo feito entre o Estado e as empresas Samarco Mineração e Escelsa. No pedido para aprofundar as investigações, o Ministério Público anexou também o acordo referente à operação

de transferência de crédito acumulado de ICMS.

Também está associado à denúncia o ex-presidente do Banestes Deosdete José Lourenção. Há pedido para investigar outras autoridades ligadas à administração de Ignácio e de seu antecessor.

A segunda notícia-crime (NC 363) tem como relator o ministro Gilson Dipp. Nesse caso, o ex-governador figura como noticiado. Os indícios são de irregularidades em processos de licitação e improbidade administrativa.

O advogado de Ignácio, Nelson Aguiar, foi procurado ontem para comentar as novas denúncias contra seu cliente, mas não foi encontrado.